



DIMENSÕES E PERCEPÇÕES DO RISCO SOCIOAMBIENTAL NO JARDIM KENNEDY (NATUREZA, CRISE AMBIENTAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS)

Nathália Francisco

UFMG | natfrancisco@gmail.com

Rogério Palhares Zschaber de Araújo

UFMG | rogeriopalharesaraujo@gmail.com

Sessão Temática 06: Natureza, Crise Ambiental e Mudanças Climáticas

Resumo: O Jardim Kennedy, em Poços de Caldas-MG, é um bairro periférico onde moram famílias de baixa renda e reflete processos sócio-políticos que exacerbam a vulnerabilização da população local. O bairro está mapeado por três "manchas de inundação" distintas e sobrepostas, ligadas a riscos hidrológicos (enchentes e inundações) e tecnológicos (rompimento de barragens), corroborando com críticas feitas pelos estudos de Ecologia Política e Justiça Ambiental sobre as desigualdades na distribuição do risco socioambiental. Adaptado da dissertação de mestrado sobre a objetividade do risco socioambiental no Jardim Kennedy e a subjetividade da sua percepção, que analisa cada um dos riscos sobrepostos, este artigo busca contribuir para a análise socioambiental, debatendo as diferentes perspectivas na percepção do risco, com foco nas dimensões objetivas e subjetivas que o compõem, destacando especialmente o risco de inundações.

Palavras-chave: risco socioambiental; vulnerabilidade; inundações; justiça ambiental; percepção

DIMENSIONS AND PERCEPTIONS OF SOCIO-ENVIRONMENTAL RISK IN JARDIM KENNEDY

Abstract: *The Jardim Kennedy neighborhood in Poços de Caldas-MG is a peripheral area where low-income families live and reflects socio-political processes that exacerbate the vulnerability of the local population. The neighborhood is mapped by three distinct and overlapping 'flood zones,' linked to hydrological risks (floods and inundations) and technological risks (dam breaches), corroborating critiques made by studies in Political Ecology and Environmental Justice regarding the inequalities in the distribution of socio-environmental risk. Adapted from a master's thesis on the objectivity of socio-environmental risk in Jardim Kennedy and the subjectivity of its perception, which analyzes each of the overlapping risks, this article aims to contribute to socio-environmental analysis by debating the different perspectives in risk perception, focusing on the objective and subjective dimensions that compose it, particularly highlighting the risk of flooding.*

Keywords: *Socio-environmental risk; Vulnerability; Flooding; Environmental justice; Perception*

DIMENSIONES Y PERCEPCIONES DEL RIESGO SOCIOAMBIENTAL EN EL JARDÍN KENNEDY

Resumen: *El barrio Jardim Kennedy en Poços de Caldas-MG es un área periférica donde viven familias de bajos ingresos y refleja procesos socio-políticos que exacerban la vulnerabilidad de la población local. El barrio está mapeado por tres 'zonas de inundación' distintas y superpuestas, vinculadas a riesgos hidrológicos (inundaciones) y riesgos tecnológicos (ruptura de presas), corroborando las críticas realizadas por estudios de Ecología Política y Justicia Ambiental sobre las desigualdades en la distribución del riesgo socioambiental. Adaptado de una tesis de maestría sobre la objetividad del riesgo socioambiental en Jardim Kennedy y la subjetividad de su percepción, que analiza cada uno de los riesgos superpuestos, este artículo busca contribuir al análisis socioambiental, debatiendo las diferentes perspectivas en la percepción del riesgo, enfocándose en las dimensiones objetivas y subjetivas que lo componen, destacando especialmente el riesgo de inundaciones.*

Palabras clave: *Riesgo socioambiental; Vulnerabilidad; Inundaciones; Justicia ambiental; Percepción*

INTRODUÇÃO

Os distintos processos interpretativos perpassados pelas dimensões objetivas e subjetivas que compõem o risco socioambiental podem conferir sentidos muito diferentes sobre o tema a depender de quem o analisa e a partir de qual lente o percebe. Entre as variadas perspectivas, e seus atravessamentos sociais, políticos e econômicos, capazes de moldar a percepção sobre um mesmo evento ou fenômeno, destaca-se a dicotomização frequentemente estabelecida entre o ponto de vista “técnico” e o ponto de vista “leigo”. Essa dicotomia, engendrada por uma racionalidade técnico-científica dominante, hierarquiza as formas de saber, subestimando conhecimentos populares e suas potenciais contribuições para o enfrentamento dos desafios socioambientais contemporâneos. Tal visão reducionista não apenas deslegitima experiências locais, mas também reforça estruturas excludentes que perpetuam as desigualdades sociais.

Em um contexto em que a exposição ao risco ambiental ampliado é uma realidade que afeta um número crescente de pessoas, e tendo em vista as inúmeras incertezas agravadas pelas mudanças climáticas, mais do que pensar estratégias de mitigação de risco, faz-se urgente analisar e denunciar os aspectos estruturais da desigualdade social e os processos historicamente construídos que culminaram na consolidação de um modelo de sociedade que distribui desigualmente os riscos ambientais, penalizando em particular, os países periféricos ao capitalismo, as populações de menor renda e as minorias étnicas (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Essa distribuição desigual dos riscos não é, como têm denunciado os movimentos por justiça ambiental e os estudos de ecologia política, uma coincidência geográfica ou apenas reflexo de condições naturais e inevitáveis, mas sim resultado de escolhas políticas e econômicas que favorecem determinados grupos em detrimento de outros. Além disso, a complexidade das questões socioambientais não pode ser dissociada do paradigma da ciência moderna que, fundamentada pela racionalidade dominante, frequentemente legitima práticas que ignoram as dinâmicas sociais e históricas que produzem as vulnerabilidades socioambientais, bem como desconsidera as dimensões subjetivas do risco ambiental na vida cotidiana das pessoas afetadas.

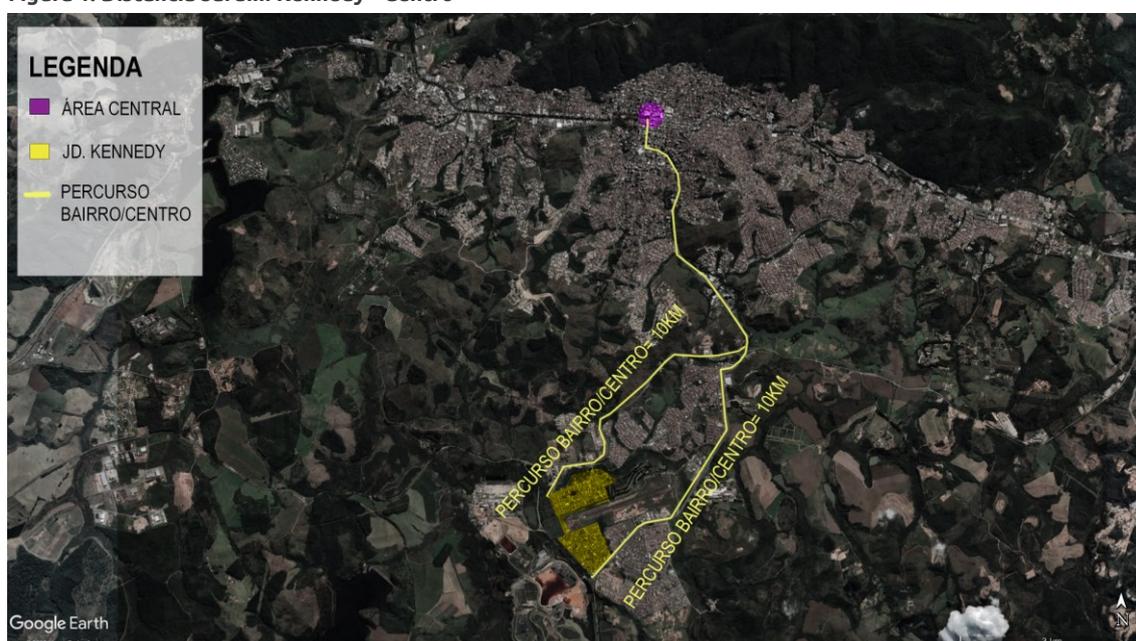
Nesse sentido, compreendemos que não há meios para discutir a questão ambiental de forma crítica sem politizá-la e sem que se discuta, também, o paradigma da ciência moderna de forma [auto]crítica, uma vez que tal paradigma, responsável pela redução da emancipação moderna à racionalidade cognitivo-instrumental e a redução da regulação moderna aos princípios de mercado (SANTOS, 2011), influencia discursos e práticas institucionais que afetam diretamente a vida das populações que moram nas ditas “áreas de risco”.

Partindo do pressuposto supra estabelecido, a pesquisa de mestrado na qual se embasa o presente artigo, constrói uma análise sobre a multifatorialidade e a multidimensionalidade do risco socioambiental no Jardim Kennedy, em Poços de Caldas-MG, e coloca em diálogo as diferentes formas de apreensão e interpretação do risco entre os considerados

“especialistas” e “não especialistas”, intencionando observar o contraste entre a perspectiva “técnica”, representada pelo discurso técnico e pelas informações presentes em documentos técnicos e institucionais e a perspectiva “leiga”, representada pela narrativa dos moradores afetados.

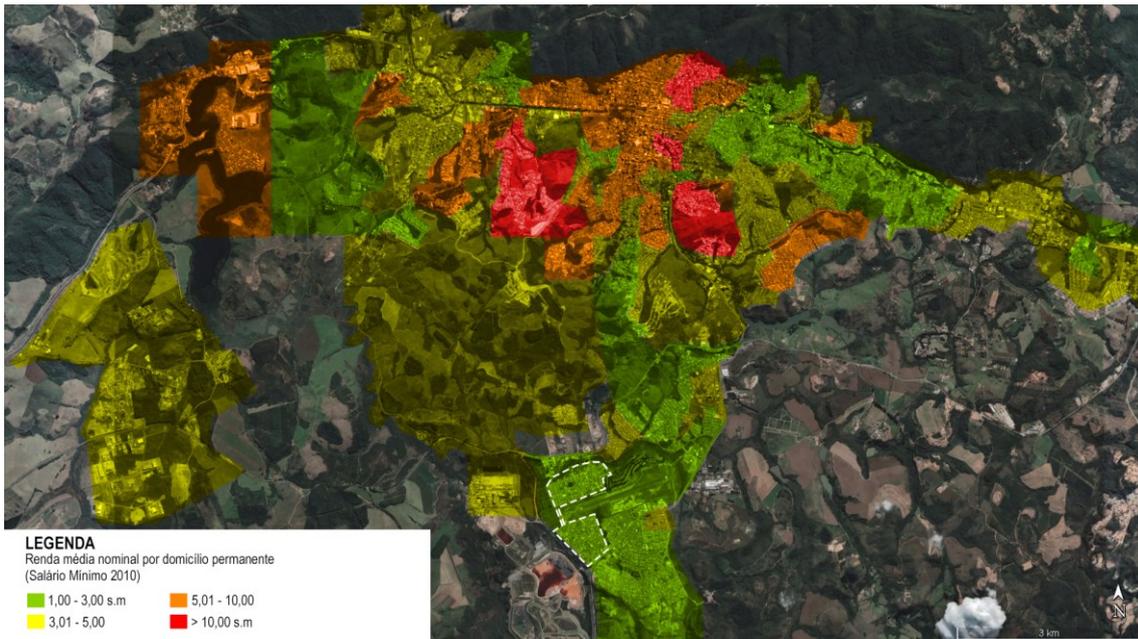
O Jardim Kennedy é um bairro localizado na periferia sul de Poços de Caldas, no limite do perímetro urbano, a 10 quilômetros de distância do centro da cidade (Figura 1). Parte do bairro está na área de várzea do ribeirão Vargem de Caldas, que conforma, naturalmente planícies de inundação, além de fazer fronteira com a planta industrial da Alcoa Alumínio S.A., e suas nove barragens de resíduo industrial do beneficiamento de bauxita localizadas à montante do bairro.

Figura 1: Distância Jardim Kennedy - Centro



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em consonância com as denúncias feitas pelos estudos de ecologia política e pelos movimentos de luta por justiça ambiental, o Jardim Kennedy apresenta sobreposição espacial entre pobreza e risco ambiental. Enquanto no mapa de renda média do município (Figura 2) o bairro está caracterizado como área homogeneamente habitada por famílias de baixa renda, o mapa de área de risco (Figura 3) sinaliza parte do Jardim Kennedy como área de alto risco de inundação. Justapondo os dois mapas é possível verificar a coincidência espacial entre pobreza e o risco na área analisada (Figura 4).



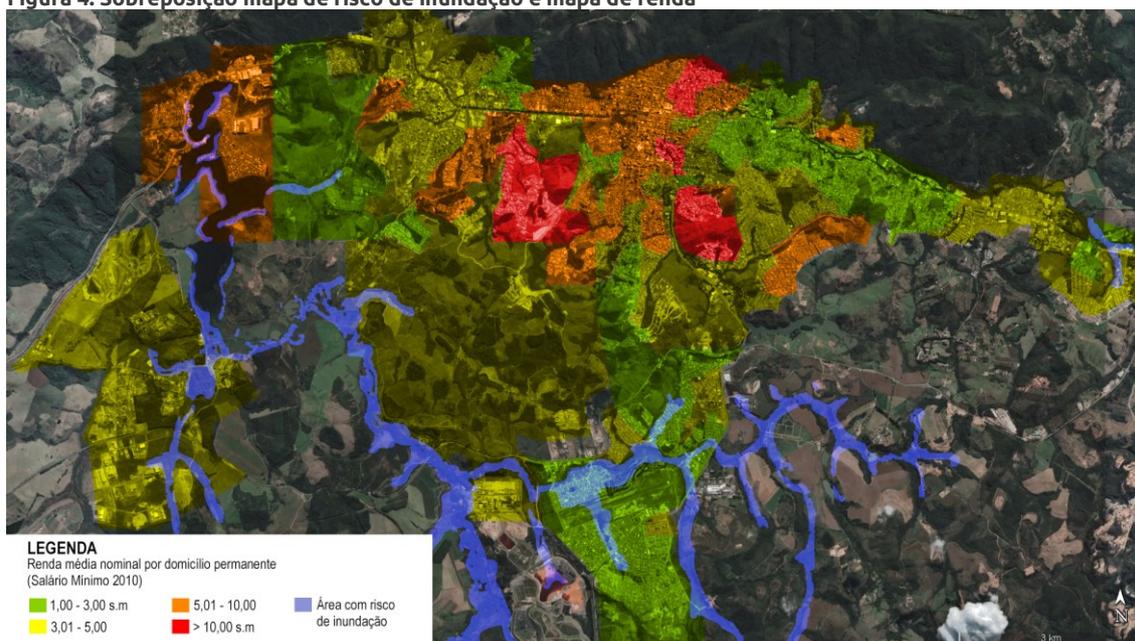
Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados do PLANMOB (2019).

Figura 3: Mapa de risco de inundação do município de Poços de Caldas



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Diagnóstico do Plano Diretor (PMPC, 2006).

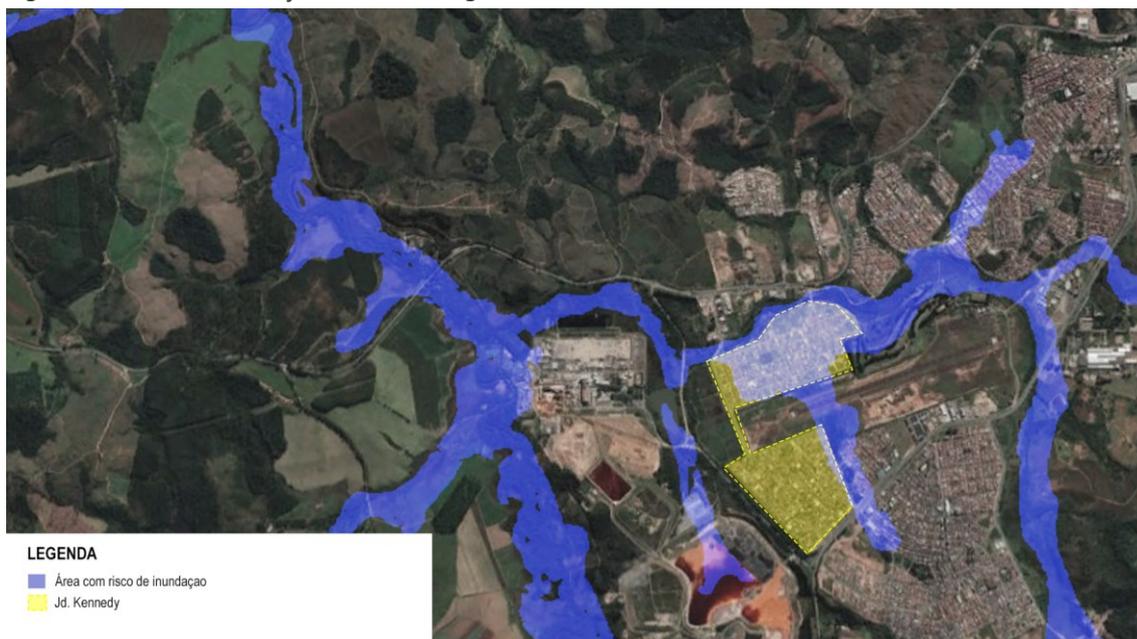
Figura 4: Sobreposição mapa de risco de inundação e mapa de renda



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Diagnóstico do Plano Diretor (PMPC, 2006) e PLAMOB (2019).

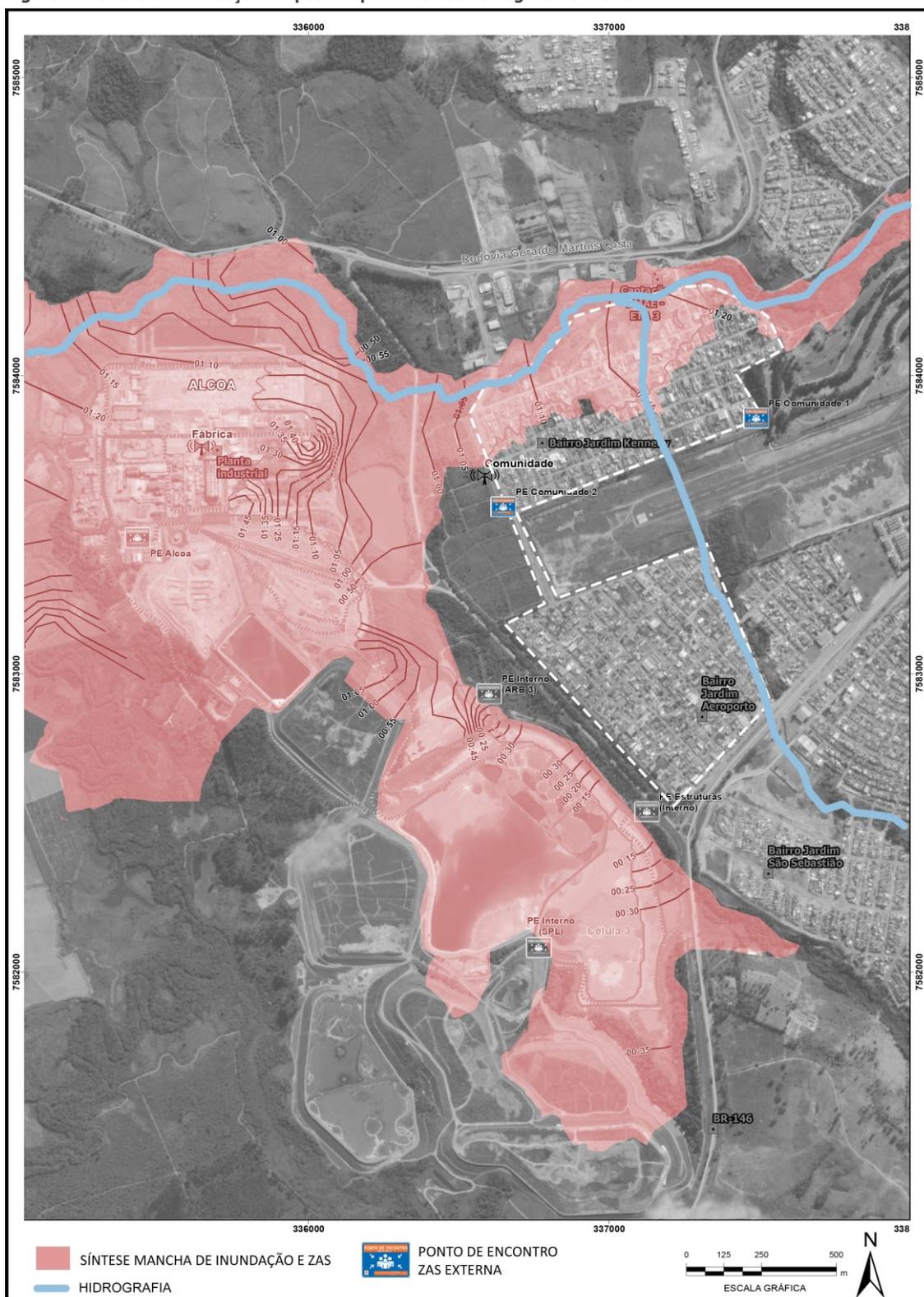
O risco de inundações não é o único a afetar a população do bairro. Na cartografia de riscos, o Jardim Kennedy está mapeado por três manchas de inundação distintas: a primeira representa o risco hidrológico durante os períodos chuvosos (Figura 5); a segunda está associada ao estudo de ruptura hipotética das nove barragens de resíduo de bauxita, pertencentes à Alcoa Alumínio S.A. (Figura 6); e a terceira associada ao estudo de ruptura hipotética da barragem do reservatório de água que abastece a maior parte do município, a barragem da represa Lindolpho Pio da Silva, conhecida como represa do Cipó (Figura 7), de responsabilidade do Departamento Municipal de Energia de Poços de Caldas, o DME. A Figura 8 apresenta a sobreposição das três manchas de inundação que afetam o bairro e revela a reprodução das iniquidades e injustiças que se espacializam na cidade.

Figura 5: Mancha de inundação - risco hidrológico



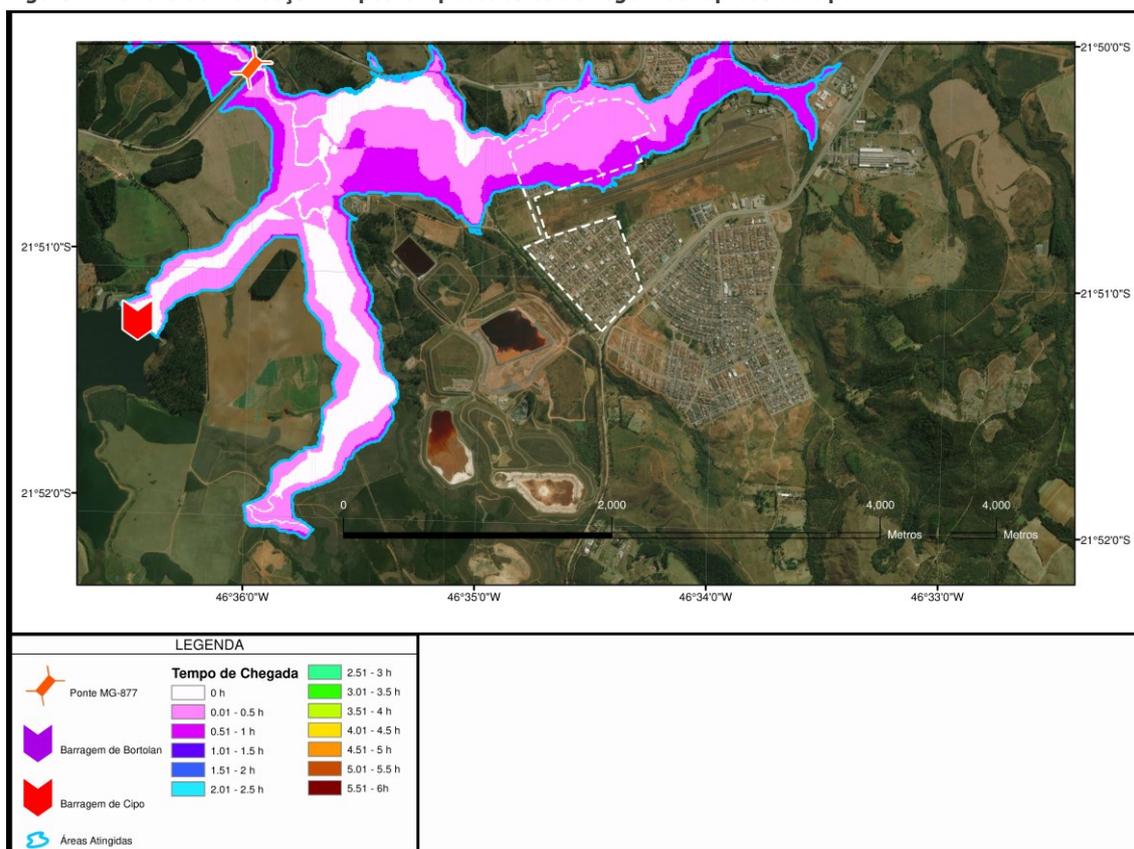
Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Diagnóstico do Plano Diretor (PMPC, 2006).

Figura 6: Mancha de inundação - ruptura hipotética das barragens da Alcoa



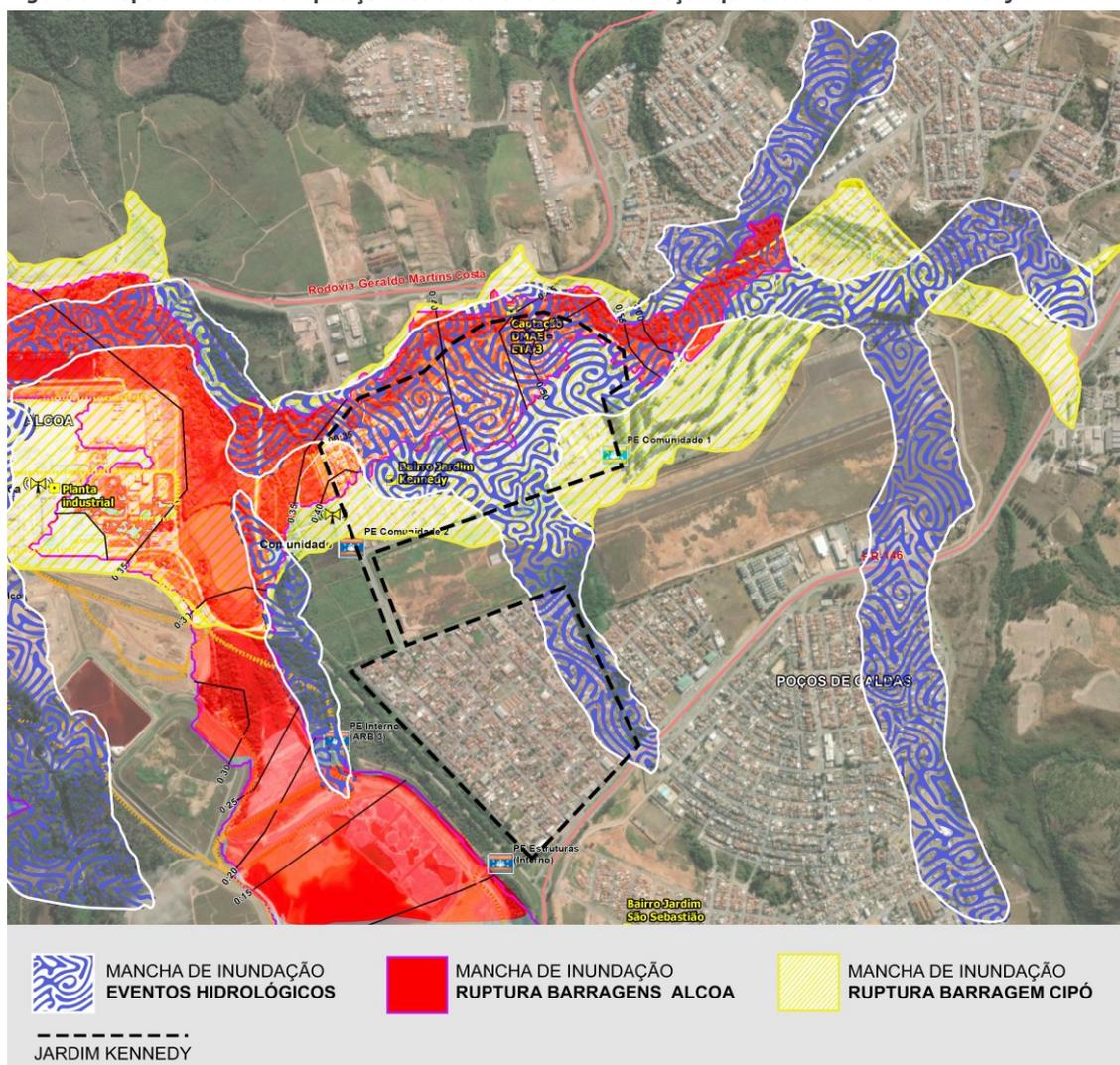
Fonte: Elaborado pelos autores, com base em (ALCOA ALUMÍNIO S.A.).

Figura 7: Mancha de inundação - ruptura hipotética da barragem da represa do Cipó



Fonte: DMEPC (2019).

Figura 8: Mapa síntese – sobreposição das três manchas de inundação que afetam o Jardim Kennedy



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados de PMPC (2006), ALCOA ALUMÍNIO S.A (2023).

Diante da realidade socioambiental do Jardim Kennedy, a dialogicidade entre a objetividade e subjetividade do risco permite observar as distâncias e/ou aproximações entre as interpretações técnico-científicas, que respaldam ações de planejamento urbano e gestão de risco, e as interpretações individuais e coletivas dos moradores, revelando tensões, contradições, conflitos, e possíveis complementaridades na compreensão e no enfrentamento das vulnerabilidades socioambientais. Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa buscou não apenas evidenciar as limitações de abordagens técnicas reducionistas, que tratam o risco de forma exclusivamente objetivista, mas também valorizar as experiências e as percepções da população afetada, cuja perspectiva pode oferecer subsídios fundamentais para a construção de políticas e práticas mais justas e equânimes.

CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O caso do Jardim Kennedy é elucidativo para a compreensão da cidade como relação social e como materialidade criadora de pobreza e definidora de lugares sociais que deterioram as

condições de existência de parte da população (SANTOS, 2020a). Tendo sido o loteamento do Jardim Kennedy aprovado em 1969, já era de conhecimento público a instalação da planta industrial da Alcoa na região, iniciada em 1965, e é bastante plausível supor, conforme discutiremos, que houvesse também o conhecimento de que parte do bairro se tratava de várzea naturalmente alagável. Ainda que a legislação urbana e ambiental fosse mais permissiva naquele período, a formalização do loteamento reflete uma lógica recorrente: a destinação de áreas ambientalmente frágeis e segregadas do centro para os mais pobres, realidade confirmada pelo “mapa de valor venal do terreno na área urbana”, apresentado pelo Diagnóstico do Plano Diretor Municipal, que caracteriza o solo do Jardim Kennedy como o mais barato da cidade (POÇOS DE CALDAS, 2006a).

Embora o preço da terra, conforme aponta Villaça (1998), não seja o único determinante da apartação social sobre a cidade, é um elemento significativo para as análises sócio-espaciais, estando, também, entre as causas da cumulatividade entre pobreza e risco no espaço urbano, pois, conforme apontam Acselrad; Mello e Bezerra (2009, p. 49), o mercado de terras torna as áreas com piores condições ambientais (próximas à lixões, à indústrias poluidoras e/ou de atividades perigosas, sujeitas a inundações, desmoronamentos, etc.) as únicas acessíveis aos grupos de baixa renda.

Ainda que a questão das moradias em áreas de risco tenha se apresentado com maior frequência no debate contemporâneo sobre políticas públicas urbanas, as iniciativas que daí decorrem se enquadram, geralmente, na perspectiva técnica do risco, que as analisam a partir de parâmetros objetivos e quantificáveis. Na abordagem da perspectiva técnica dominante os modos de vida e de territorialização das populações vulneráveis socioambientalmente, são tidos como “precários”, e, muitas vezes, tal “precariedade” é associada a escolhas pessoais ou decisões imprudentes, legitimando, por vezes, intervenções de remoção que afetam as condições de vida desses grupos, já tão espoliados.

A partir da realidade experienciada pelas populações expostas ao risco socioambiental, é possível identificar a distância existente entre a produção de conhecimento científico e a apropriação deste mesmo conhecimento pela população em geral. As práticas de vida construídas pela população considerada leiga são correntemente subestimadas pelo conhecimento científico num exercício de poder. “Problematizando esse argumento, a literatura sociológica da construção social do risco afirma: o risco não pode ser tratado a partir de uma visão técnica absoluta e objetiva, mas sim como objeto de construção social por grupos sociais diferenciados” (VARGAS, 2009, p. 80). Nesse sentido, buscar evidenciar os contrapontos existentes entre a percepção de técnicos e leigos colabora para a compreensão de que os sujeitos têm percepções diferentes sobre uma mesma situação de perigo a que podem estar expostos, revelando diferentes sentidos que o risco pode adquirir na escala da vida cotidiana.

Para os moradores do Jardim Kennedy, a convivência com os perigos ambientais produz inúmeras afetações. Muitas delas são materiais e objetivas, passíveis de quantificação

através de cálculos e projeções que subsidiam o aparato técnico. Por outro lado, parte dessas afetações se manifestam simbólica e subjetivamente, sendo essa dimensão (subjetiva, psicológica, emocional) comumente desconsiderada pela cientificidade técnica ligada à gestão do risco, pois, como já tinha anunciado Freud, em “O mal estar na civilização”, ainda em 1929, “não é fácil trabalhar cientificamente os sentimentos” (FREUD, 2011, p. 8), falando sobre as dificuldades de trabalhar com grandezas quase inapreensíveis.

O aprofundamento dessa análise, que compreende o risco ambiental não como condição natural, mas sim como, algo produzido socialmente – afinal, deslizamentos de terra, inundações, atividades minerárias e rompimentos de barragens são produtos de materialidade (água, terra, minério, concreto) e de sociabilidades (modos de uso do solo) (SPINK, 2019) –, exige explorar como essas dimensões se articulam na experiência do risco, e o sentido que ele adquire na vida cotidiana. É nessa perspectiva que a investigação se desdobra, buscando articular as dimensões objetivas e subjetivas do risco, bem como colocando em debate a perspectiva, o discurso, a prática técnica e a perspectiva, narrativas e as práticas sociais dos moradores do Jardim Kennedy.

A fim de colaborar para construção do debate aqui postulado, o estudo de caso apresenta um quadro analítico sobre as dimensões do risco objetivadas pela técnica, e as dimensões do risco subjetivadas pela percepção dos moradores do Jardim Kennedy. Tendo em vista a dimensão e a complexidade de cada tipo de risco que afeta o bairro, nos atemos, no presente artigo, em discutir a questão do risco hidrológico, a partir do qual podemos analisar as dimensões objetivas e subjetivas do risco socioambiental e os sentidos que ele adquire na experiência cotidiana.

Sob perspectiva multidisciplinar, o caminho metodológico percorrido na pesquisa, embasou-se na articulação entre revisão bibliográfica de temas relacionados ao risco socioambiental, sob perspectiva da justiça socioambiental, da ecologia política e da economia política e da urbanização, e o caso analisado; na pesquisa documental; e na realização de entrevistas semiestruturadas com agentes envolvidos no território. Para a pesquisa documental, foram analisados mapas, planos, leis, decretos ligados à gestão do risco no município de Poços de Caldas com foco no Jardim Kennedy.

Para a análise discursiva, utilizada tanto na composição analítica da perspectiva técnica, quanto da perspectiva “leiga”, foram realizadas entrevistas semi-abertas e semi-estruturadas com agentes institucionais – com atuação ligadas ao planejamento urbano e à gestão do risco no território – e com os moradores. Composto a perspectiva dos especialistas sobre a questão do risco de inundação no Jardim Kennedy, foram selecionados para serem entrevistados agentes representantes do Poder Público ligados ao planejamento urbano e ambiental e à defesa civil municipal, com o objetivo de fornecer uma compreensão mais aprofundada sobre seus esquemas de interpretação e entendimento sobre o território. Para compor a perspectiva dos não especialistas, foram entrevistados catorze moradores.

A identidade dos entrevistados foi integralmente preservada: especialistas foram identificados por seus cargos, e moradores por nomes fictícios. As falas foram transcritas fielmente, sem correções gramaticais ou modificações, preservando a autenticidade e a legitimidade do discurso. Expressões informais ou palavrões foram mantidos para preservar a força narrativa e o sentido original das falas. Além das entrevistas, reportagens locais sobre a questão das inundações e das barragens também foram analisadas. Consideramos a contribuição das reportagens porque capturam percepções em tempos próximos aos eventos e apresentam falas de agentes públicos ligados à gestão do risco, oferecendo uma visão sobre como o discurso técnico é veiculado pela mídia e contribui para a construção das noções do público sobre risco ambiental.

Cabe salientar que analisar a objetividade e a subjetividade do risco, bem como a perspectiva técnica e a perspectiva dos moradores, ressaltando seus contrastes, foi uma escolha metodológica que não tem por intenção aumentar ainda mais a distância e a dicotomização entre tais dimensões e pontos de vista, mas sim de compreendê-las para pensar possibilidades teóricas e práticas que permitam apontar caminhos para suas aproximações e que corroborem para a superação das dicotomias engendradas pela racionalidade dominante, perspectivando uma “preocupação epistemológica totalizadora” (SANTOS, 2020b, p. 54), que considere, em sua formulação, outras formas de saber.

A QUESTÃO DAS INUNDAÇÕES

As *“Eu preciso sair, eu quero sair. Por mim, eu não ficava aqui nem mais um dia, mas eu vou pra onde? Explica pra mim? Não tenho como”*, disse um morador do Jardim Kennedy em entrevista concedida ao canal de televisão local, em fevereiro de 2013, após perder tudo que tinha pela segunda vez consecutiva por conta das inundações que atingiram sua moradia. Em contraste, Eunice, em entrevista concedida em maio de 2024, durante a fase de campo da pesquisa de mestrado na qual embasaremos a questão discutida pelo presente artigo, anunciou: *“Faz 36 anos que eu moro aqui e eu não quero sair. Na hora que eu morrer eu saio”*, justificando: *“eu não me incomodo de morar aqui, eu gosto muito daqui. Não fico prestando atenção nessas coisas de enchente, essas coisas, já acostumei”*.

Ambas as falas, apesar de expressarem desejos antagônicos – ir embora de sua casa por conta da frequente exposição ao risco, ou nela permanecer, tendo a tal exposição se acostumado –, demonstram a complexidade que o risco socioambiental apresenta nas camadas da vida cotidiana. Tal complexidade é pouco, ou nada, considerada nas análises de risco enviesadas pela visão técnica dominante que, de maneira geral, avalia o risco a partir de uma perspectiva objetivista, “que tem como centralidade sua mensuração e sua quantificação com vistas ao seu controle” (VARGAS, 2009, p. 80).

Fundamentados em conhecimento técnico especializado da geotécnica e das engenharias, os estudos sobre risco institucionalizados pelo planejamento urbano e pelas políticas de gestão de risco costumam se valer de ferramentas analíticas capazes de “dimensionar” o risco espacialmente através de indicadores, parâmetros e dados estatísticos baseados em presunções entre o possível e o provável, frequentemente expressos em linguagem matemática e gráfica traduzidas em adjetivações que o qualificam como: baixo, médio, alto, controlado. Essa abordagem, contudo, pode desconsiderar aspectos qualitativos e subjetivos importantes para uma compreensão holística acerca do tema, como as percepções individuais e seus atravessamentos pelas dimensões políticas, sociais, culturais, econômicas e psicológicas que constituem o risco socioambiental e a experiência de quem com ele convive cotidianamente.

Na vida cotidiana dos moradores das áreas ambientalmente frágeis, tais mensurações objetivas, cartografadas pelos mapas de risco, muitas vezes não passam de meras abstrações. Nas imediações da experiência, as noções de risco são compostas por inúmeras variáveis que nada têm de quantificáveis. Ao contrário, por serem qualitativas e subjetivas é que são tão difíceis de mensurar. As concepções sobre risco dos grupos diretamente afetados, são atravessadas por processos de associação e afetividade que dão suporte à assimilação da realidade enfrentada, e que se manifestam através de estratégias desenvolvidas, individual e coletivamente, para possibilitar a convivência com o risco.

Embora não haja registros oficiais de enchentes anteriores à urbanização do bairro, relatos dos moradores que conheciam o território antes da conformação do bairro afirmam que o Ribeirão das Vargens de Caldas frequentemente transbordava, inundando a várzea que se tornou o Jardim Kennedy:

Eu morei aqui minha vida inteira, né, desde antes do bairro existir. Quando eu tinha 8 anos eu vim pra cá. Eu morei numa casinha ali em baixo, ali. Quando enchia, carregava as coisa, carregava as criação do pai. Não tinha casa aqui no bairro ainda, umas, duas ou três só. Aí quando começava a chover, a mãe só pegava nós e nós saía pra estrada, pra achar um lugar mais alto. Do alto a gente via os porco indo embora com a enxurrada (EUNICE, moradora do Jardim Kennedy).

Aqui sempre encheu. Uma vez, quando aqui nem era cidade ainda, não tinha nem casa aqui, era roça, o pai veio aqui pra comprar uma égua, sabe, eu era moleque na época, e ele não conseguiu nem levar a égua embora porque tinha chovido e tinha enchido tudo aqui. Então quer dizer, é um problema que já tinha antes do bairro existir (MILTON, morador do Jardim Kennedy).

Levando em conta a idade dos entrevistados, 58 e 59 anos, respectivamente, é possível supor que os relatos se refiram ao início da década de 70. A menção de ambos sobre as

características rurais que compunham o lugar à época de suas infâncias, e a observação de que sequer havia casas no bairro, permitem supor a possibilidade de o loteamento ter sido aprovado, em 1969, sob conhecimento de que parte do bairro tratava-se de área alagável. Sobre o surgimento do bairro e a questão das inundações, o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano declarou:

O bairro surgiu em 1965 [1969], praticamente junto com o primeiro Código Ambiental, né. Então hoje não seria possível lotear, mas na época saiu praticamente junto. Então com o tempo foi se vendo, essa legislação ambiental foi evoluindo bastante e esse tipo de situação não se tem hoje (SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO).

De fato, atualmente, a regulação urbana e ambiental poderia apresentar maiores entraves ao loteamento de um bairro com as características do Jardim Kennedy. Apesar disso, as decisões institucionais tomadas no final da década de 1960, ainda afetam diretamente a vida cotidiana dos moradores, e tais afetações carecem de ser explicitadas, principalmente porque o discurso técnico-institucional, tende a eximir o poder público de sua responsabilidade pela situação enfrentada pelas populações das áreas de risco.

Norma Valêncio (2010a), no texto *“Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro”*, analisa limitações do sistema sociotécnico que subsidia políticas urbanas e de gestão do risco no Brasil. Para a autora, o planejamento atual apresenta falhas estruturais, já que “o sistema brasileiro de defesa civil classifica os grupos vulneráveis sem considerar a complexidade social” (VALÊNCIO, 2010a, p. 748). Ao investigar o discurso institucional do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) e as práticas de seus agentes, Valêncio critica “jogos de linguagem” que afastam princípios de cidadania e direitos, contribuindo pouco para políticas socioambientais que integram as dimensões humanas e sociais dos desastres.

Com base nessa análise, o Coordenador de Defesa Civil de Poços de Caldas Municipal (nas transcrições, descrito como C.D.C) foi entrevistado, apresentando sua perspectiva sobre o risco socioambiental no Jardim Kennedy. Sem induzir ao tema das inundações, a entrevista começou com a pergunta: “Você conhece o Jardim Kennedy? O que você teria a dizer sobre o bairro?”, ao que o Coordenador respondeu com outra pergunta, iniciando o diálogo.

C.D.C: Ele é um bairro em que antigamente, né, antes, porque houve obras lá, né, nesses últimos anos, nos últimos três, quatro anos, houve obras lá, naquele ribeirão que passa pelo bairro [...]. Então, aqui na Defesa Civil nós podemos perceber que houve a queda do pessoal ligando aqui, de ocorrências de alagamentos ou enchentes naquele local. Então, antigamente era um bairro que sofria muito com alagamentos e enchentes devido a um córrego que passa por ele, e também por se tratar de uma área de várzea, e tal, mas

que hoje em dia, a prefeitura tomou algumas ações em que diminuiu mais de 90% de alagamentos e enchentes naquele local.

A pergunta inicial buscava compreender a visão do entrevistado sobre o bairro, sem mencionar diretamente as inundações. No entanto, ele associou o tema às enchentes, destacando as ações da prefeitura que, segundo ele, reduziram significativamente os eventos. As obras mencionadas incluem a instalação de muros de gabião ao longo do córrego que corta o bairro, realizadas em 2019. O entrevistado afirmou que os alagamentos diminuíram em “mais de 90%” após as intervenções municipais. Contudo, o próprio Plano Contingencial da Defesa Civil, aponta que as enchentes ainda ocorrem (PMPC, 2023). Além disso, registros da mídia local e relatos dos moradores confirmam a persistência desses eventos nos últimos quatro anos, revelando que o risco ainda é uma realidade presente.

A ausência de um banco de dados sistematizado sobre os eventos no Jardim Kennedy dificulta uma análise evolutiva e mais precisa da situação, como evidenciado na entrevista transcrita a seguir:

N: A Defesa Civil tem os registros oficiais de enchentes e inundações ocorridas no Jd. Kennedy nas últimas décadas?

C.D.C: Sim. Aliás, das últimas décadas não, mas dos últimos anos temos sim.

N: É possível acessar esses dados em algum lugar?

C.D.C: Não, porque é igual do Corpo de Bombeiro: boletim de ocorrência. Então são documentos que constam os documentos das pessoas. Então tem CPF, RG, aí entra na lei de proteção de dados.

N: Entendi. Mas vocês não têm um conglomerado dessas informações?

C.D.C: Por exemplo, se foram 300 ocorrências, e tal?

N: Isso!

C.D.C: Específica do Jd. Kennedy, não. A gente tem do município como um todo.

Ferreira (2023) analisou os registros de ocorrência de desastres da Defesa Civil Municipal de 2015 a 2021 e os combinou com registros documentais não oficiais (jornalísticos) para levantar eventos de desastres ocorridos em Poços de Caldas, de 1980 a 2021, conforme é possível notar na tabela produzida pelo autor.

Figura 8: Bairros de Poços de Caldas-MG com maiores registros de ameaças e desastres associados ao grupo natural (GN), no período entre 1980 e 2021

Bairro	Registros GN* (nº)
Centro	132
Jardim Kennedy	64
Serra São Domingos	53
Jardim dos Estados	37
Country Club	29
Jardim Quisisana	29
Jardim Country Club	28
Parque Vivaldi Leite Ribeiro	25
São José	22
Jardim Nova Aparecida	21
Santa Ângela	19
COHAB	17
Chácara Alvorada	13
Jardim Bandeirantes	12
Jardim Paraíso	12
Jardim Santa Augusta	12
Jardim Vitória	12
Vila Nova	12
Vila Togni	11
Estância Poços de Caldas	10
São João	9
Jardim Centenário	8
Jardim Ipê	8
Jardim Santa Rosalia	8
Jardim São Jorge	8
Total	650

Fonte: Ferreira (2023, p. 74).

Ferreira (2023) apurou 64 ocorrências de desastres naturais no Jardim Kennedy ao longo de 41 anos. Contudo, não é possível identificar quantas delas se referem a eventos hidrológicos, embora provavelmente representem a maioria. O Plano Contingencial da Defesa Civil (PMPC, 2023) também não apresenta dados específicos sobre esses eventos, como relações entre pluviometria e inundações que poderiam subsidiar sistemas de alerta melhores estruturados. Além disso, falta uma análise mais criteriosa para avaliar se as canalizações no córrego que corta o bairro podem ter transferido o problema de inundações para a jusante, como é comum acontecer.

Na percepção de vários dos moradores entrevistados, a diminuição da frequência, ou da intensidade, das inundações nos últimos anos está associada ao clima. A partir de suas experiências no território, eles percebem uma relação direta entre a diminuição dos eventos hidrológicos e menores precipitações:

Hoje tá mais tranquilo porque tá chovendo menos, né? A última chuva que teve muito forte foi aquela em 2016 (PEDRO, morador do Jardim Kennedy, 2024).

*Em 2016, a rua aqui virou um rio! Que o rio tanto vindo de lá, quanto vindo de cá, encontrou. Aí, **daquele ano lá pra cá, já não choveu tão forte**. Então não sei, às vezes se chover mais forte ainda inunda (IARA, moradora do Jardim Kennedy, 2024).*

*Mas é igual falei pra você, de uns dois anos pra cá não aconteceu mais [inundações]. Mas **esse ano também não choveu tanto, né**. Tem uma época que eles falam que é a “enchente das goiaba”, você já ouviu falar? É entre o dia 15 ao 25 de março, mais ou menos. É as últimas chuvas. É chamada de enchente das goiabas, porque as goiabas tudo começam a amadurecer e caem. Então as goiabas vão com a chuva (CÍCERO, morador do Jardim Kennedy, 2024).*

***Faz um tempinho que não inunda. É que também não choveu mais tão forte né.** [...] A moça que trabalha ali no postinho andou perdendo umas coisas. Eu acho que ela morava ali e teve que mudar [...]. **Acho que esse ano não choveu forte**. Que eles fala enchente das goiaba, esse ano não teve aqui não. **Não teve uma chuvona pesada igual costumava ter** (FRANCISCO, morador do Jardim Kennedy, 2024).*

*Aqui é o ponto mais crítico da enchente. **Acho que talvez, também, diminuiu as enchentes porque não choveu tão forte [...]. Acho que diminuiu foi por causa do clima mesmo** (MARCELO, morador do Jardim Kennedy, 2024).*

A oscilação pluviométrica percebida pelos moradores do Jardim Kennedy é confirmada por Andrade et al. (2021), que analisaram dados históricos de precipitação em Poços de Caldas entre 2003 e 2018, apesar da dificuldade de acesso a informações completas. Os autores identificaram uma média anual de 1.747,7 mm, indicando um regime pluviométrico relevante, mas com variações significativas. Em 2009, por exemplo, a precipitação foi 35,7% acima da média, enquanto em 2015 ficou 40% abaixo, destacando anos extremos de chuva e seca. O estudo identificou dois padrões: um de constância pluviométrica e outro de forte oscilação, associado a eventos climáticos mais intensos.

A análise dos episódios hidrológicos no Jardim Kennedy e os dados de precipitação de Andrade et al. (2021) apontam uma relação clara entre índices pluviométricos elevados e a ocorrência de enchentes. Em 2013, com três inundações registradas no bairro, a precipitação anual foi de 2081,70 mm, enquanto 2015, sem registros de enchentes, teve apenas 1045,20 mm. Considerar o problema das enchentes no bairro como “resolvido” ignora a vulnerabilidade persistente e contribui para a intensificação do risco, reforçando a urgência de políticas mais eficazes de mitigação e prevenção.

A limitação da atuação da Defesa Civil Municipal também se evidencia no conteúdo do Plano Contingencial (PMPC, 2023) elaborado pelos técnicos da instituição para o município. De acordo com o documento, os riscos existentes no Jardim Kennedy são de: “Alagamentos,

Inundações e Desabamentos. **Residências de alvenaria, construídas sem observação das normas técnicas da engenharia e também sem a aprovação da Prefeitura, em locais potencialmente perigosos**” (PMPC, 2023, p. 20, grifo nosso).

Nota-se, conforme observado por Valêncio (2010a), que o discurso institucional e as práticas da Defesa Civil, verificados por meio do texto do Plano Contingencial e das falas do técnico entrevistado, desconsideram as complexidades sociais que engendram a desigual distribuição dos riscos ambientais na cidade. Ao contrário, fomentam a naturalização de uma territorialização injusta e ainda corroboram com uma visão determinista que responsabiliza os moradores por sua condição, como se faz notar nos trechos do texto do documento supra destacado.

As “residências de alvenaria, **construídas sem observação das normas técnicas da engenharia e também sem a aprovação da Prefeitura, em locais potencialmente perigosos**” (PMPC, 2023, p. 20, grifo nosso), são, na verdade, a alternativa de moradia possível para a população do Jardim Kennedy. Tal alternativa, que não se concretiza sem a participação ou a leniência do Estado, representa, conforme enunciado por Valêncio, as formas de territorialização consideradas temerárias e passíveis de controle social externo. Nesse sentido, o poder público tenta “solucionar” a situação das pessoas que vivem em moradias suscetíveis ao risco ambiental, que ele próprio colaborou para criar, através das políticas de remoção.

O primeiro direcionamento de política urbana específico sobre o risco no Jardim Kennedy foi formalizado em 2006, por meio do Decreto nº 8.320, que declarou parte do bairro como área de grande risco de inundação. O decreto especifica os lotes incluídos nessa classificação e propõe medidas como “permutas de terreno com o Poder Público” e “desapropriações amigáveis” (POÇOS DE CALDAS, 2006b). O texto justificativo que antecede o Art. 1º destaca a responsabilidade do município em garantir condições de vida dignas, a ineficácia das obras de drenagem anteriores, os custos elevados e o tempo necessário para projetos de engenharia capazes de resolver as enchentes, e a importância de resguardar a segurança e os direitos de cidadania dos moradores da área. Além disso, aponta as características específicas do local, situado abaixo da cota de cheia do Ribeirão Várzeas de Caldas.

Com base nessas justificativas, o Art. 1º do decreto oficializou a área de risco e listou os lotes sujeitos a desapropriação, com a possibilidade de inclusão de novos lotes por decretos complementares, caso fossem comprovados alagamentos em chuvas intensas. Entre 2006 e 2018, seis decretos complementares atualizaram a lista, incluindo tanto lotes identificados como de risco quanto terrenos cujo cadastramento foi solicitado pelos próprios moradores. No total, 86 lotes foram declarados como passíveis de desapropriação, sendo que 33 deles foram efetivamente desapropriados nesse período.

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (representado na transcrição como S.P) e a Secretária Adjunta (representada na transcrição como S.A) foram entrevistados simultaneamente, contribuindo para a formulação da perspectiva técnica do Poder Público.

Ambos, servidores desde os anos 1990, atuavam na secretaria na época dos decretos e participaram de ações relacionadas às desapropriações. Abaixo, segue um trecho da entrevista sobre o tema:

N: O que vocês acham sobre o projeto de desapropriação dos imóveis que foram detectados em área de risco? E quais foram os critérios utilizados para a definição desses imóveis como objeto de desapropriação?

S.A: Assim, o que naquele momento a gente pensou na proposta do decreto, o que a gente levou em conta, era justamente que queríamos colaborar de alguma forma pra tirar as pessoas daquela situação, mas não sem que fosse um desejo delas também. Nada seria imposto. E aí, é lógico, qualquer processo de desapropriação, ele tem que a prefeitura só pode pagar o valor de mercado, então, o critério de avaliação geralmente leva em conta o valor venal, o valor que a comissão entende lá no local, o que pode ser atribuído àquilo que tá construído ali... Então a gente enfrentou uma dificuldade enorme em relação a isso porque os valores avaliados, nunca eram totalmente suficiente pra pessoa se reconstruir num outro lugar [...].

N: Entendi. E existe algum projeto que indica o que deve ser feito com esses lotes que foram desapropriados, que vão ficar vazios ali?

S.P: [...] Com relação ao que foi feito, a ideia da prefeitura era fazer um grande parque ali. Só que obviamente isso vai acontecer à medida que a gente conseguir desocupar todos os lotes. O que também gera hoje um ponto de conflito que a gente já detectou, é que com as intervenções do município lá, algumas áreas que estavam dentro dessa área inundável, hoje não são inundadas mais. Então a gente tem uma grande dificuldade de tirar os remanescentes ali. Têm pessoas que estão lá, já criaram filhos, já criaram netos lá e não querem sair de jeito nenhum. Tem também uma dificuldade, que lá não pode construir, e aí acabam construindo irregularmente, vai acomodando a família naquele lote. Energia, eles têm direito de ter, embora não consigam uma autorização oficial, mas estão dentro da Zona Urbana então acabam conseguindo energia, e a maior dificuldade seria com água potável, porque aí o DMAE [Departamento Municipal de Água e Esgoto] também é só com autorização, então é uma dificuldade muito grande. Tem um caso lá, por exemplo, que são três residências dentro de um mesmo lote e um relógio. Então é uma dificuldade lá pra eles, de como que abastece..., mas assim, de qualquer forma a gente pediu pra atualizar a avaliação pra ver se conseguia, mas a senhorinha que mora lá diz que não sai, ela diz que só sai de lá quando terminar o período dela aqui na Terra, que ela só vai sair de lá

carregada, ela não sai. E por mais que seja atrativo às vezes, a gente vai lá tentar convencê-la disso, mas ela não sai de lá, a família já está acomodada.

Durante o trabalho de campo, foi possível localizar a moradora mencionada pelo Secretário de Planejamento no trecho da entrevista supra transcrito. Ao me receber no portão de sua casa, ela afirmou: “Faz 36 anos que eu moro aqui e eu não quero sair! Na hora que eu morrer eu saio.” Relatou a presença de agentes da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, negociações frustradas e sua recusa à oferta, além das dificuldades com energia e água devido à “irregularidade” de sua moradia:

*Na época me procuraram, me ofereceram 18 mil. Falaram que não valia, que as casa não conta, que era só a terra. Agora dessa última vez eles ofereceram 130 mil. Aí eu falei: nada, não tem negócio! Não tem dinheiro que pague eu aqui. Aí nós fica desse jeito, sabe. **Acostumei com eles vindo aqui, mas já avisei que eu não vou sair. O Secretário de Planejamento teve aí, veio ele, a outra Secretária, e uma outra que tem lá. Veio tentar ver se tirava eu, mas eu não quero. Se eles me der três terreno, com uma casa em cada terreno, eu saio. Dependendo do lugar também, tem que ser num lugar que seja bom né, se for me colocar do outro lado da cidade não compensa. Aí ficamos assim. Aí eles não voltou mais não, não falou mais nada. Inclusive a gente tem que arrumar o padrão de luz ali, eles têm que arrumar. Veio um cara aí, pedi pra ele trocar a chave lá do postinho, aí ele falou pra mim, meio bruto, sabe: “Uai, a senhora aqui desse jeito, com esse postinho, não pode. Vou fazer uma notificação de multa pra senhora. A senhora pode chamar o eletricista pra ver isso pra senhora, e arrumar, pra por padrão e tudo”. Mas eles não quer arrumar o pedaço de rua meu que sai ali. Já fui lá várias vez. Deu o que fazer pra eles por a luz minha aqui. Pra por a luz na casa dele [referindo-se à casa do filho, no mesmo terreno] foi uma burocracia danada. A água não quiseram pôr, ele [o filho] teve que ligar na minha. Diz que não pode por também. Então nós fica nessa daí. É igual, eu não me incomodo de morar aqui, eu gosto muito daqui. Não fico prestando atenção nessas coisa de enchente, essas coisa, já acostumei. Mas essas coisas pelo menos eles devia arrumar, mas eles não quer** (EUNICE, moradora do Jardim Kennedy, 2024).*

Este caso é emblemático por colocar frente a frente duas perspectivas sobre a mesma situação: a de quem analisa e define o risco externamente e a de quem o vivencia internamente, com todas as subjetividades dos cálculos envolvidos. Na entrevista com os agentes do planejamento urbano, a Secretária Adjunta complementou a fala do Secretário sobre a moradora:

S.A: E a delícia que é lá! A humildade dela... O terreno é grande, mas as casas estão no fundo, e na frente é só terra, tudo limpinho, varridinho. Ela trabalha com reciclável, tudo organizado, super limpo!

S.P: Uma organização fantástica.

S.A: É a coisa mais linda! No lugar dela, eu também não sairia.

Apesar de certa empatia expressa por ambos os entrevistados, é difícil para quem não vive essa realidade compreender o que orienta os cálculos para a tomada de decisão das famílias entre sair ou permanecer. Ainda mais quando se analisa criticamente o risco socioambiental, percebendo o viés estigmatizante e higienista presente nos discursos institucionais.

Questionar as ações do Poder Público, ainda que elas possam ter a melhor das intenções, é essencial para a compreensão do risco como constructo social e não como fatalidade natural. As políticas de remoção baseiam-se na contestação de uma territorialização previamente incentivada ou permitida pelos próprios agentes públicos, frequentemente alinhados a interesses privados. Essa dinâmica, que empurra os grupos mais empobrecidos para áreas depois classificadas como 'de risco', é a mesma que 'soluciona' o problema desterritorializando a população, esta que precisou recorrer aos próprios meios e produzir, a partir da autoconstrução, uma moradia possível, muitas vezes em terrenos suscetíveis, tais como encostas, fundos de vale e várzeas, intempéries cotidianas.

Ao buscar 'resolver' um problema que ajudou a criar, o Poder Público recorre à desapropriação ou negociações marcadas por assimetrias de poder e cálculos indenizatórios que ignoram sua complexidade. Além disso, ao deixar ao morador a 'escolha' de permanecer, reforça-se a responsabilização individual pela exposição ao risco, como se a decisão de ficar tornasse voluntária sua vulnerabilidade aos perigos conhecidos. Nesse sentido, é crucial refletir sobre a situação sobre os lotes desapropriados ou passíveis de desapropriação e como a consolidação da racionalidade sociopolítica e técnico-científica contribui para o recrudescimento dos efeitos deletérios sobre as famílias afetadas pelos desastres socioambientais.

Quando um território é classificado como de risco, implicitamente legitima-se a remoção das famílias, instaurando um desamparo para aquelas que 'optam' por permanecer. Em nome da segurança, as políticas de desapropriação fortalecem um discurso que desvia a responsabilidade dos agentes de poder, que, ao não protegerem os grupos que resistem à remoção, acabam por 'abandonar' as áreas destinadas à desapropriação. Isso dificulta ainda mais a vida das pessoas, que, além de viver em uma área de risco, se veem em um local negligenciado pelo poder público, muitas vezes ocupado por grupos ainda mais vulnerabilizados, como pessoas em situação de rua e usuários de drogas. Isso gera novos conflitos, ampliando o risco. Durante as entrevistas, moradores relataram o aumento da

presença de usuários de drogas e o envolvimento com o tráfico nas áreas desapropriadas e abandonadas, o que gerou o medo de que crianças e adolescentes se envolvam com as drogas, cuja presença se torna cada vez mais crescente no bairro.

Figura 10: Lote desapropriado no Jardim Kennedy



Fonte: Acervo dos autores (2020).

A ausência de infraestrutura e proteção para os que permanecem no Jardim Kennedy é evidente tanto no discurso do Poder Público quanto no dos moradores. Eunice, que afirma só sair de sua casa “depois que morrer”, vive em uma rua sem manutenção, drenagem ou mesmo continuidade, terminando num matagal próximo ao rio. “Eles não quer arrumar o pedaço de rua meu que sai ali. Já fui lá várias vez”. Seu filho, Marcelo, reforça:

Eu não queria falar que o prefeito não fez coisa no bairro pra melhorar, mas não fez. [...] Aqui na parte de baixo, não. Nem o rio limpou. Se você olhar aqui na rua, não tem nem meio fio, nem boca de lobo. [...] Parece que eles esqueceu que ainda tem gente que mora aqui. [...] Aí eles fala que as enchente diminuiu porque fizeram obra. Eu não vi obra nenhuma aqui pra gente. Acho que diminuiu foi por causa do clima mesmo (MARCELO, morador do Jardim Kennedy, 2024).

A Secretária Adjunta de Planejamento e Desenvolvimento Urbano também reconheceu a prática institucional observada pelos moradores quando afirma que “**Hoje não tem mais caso de rua sem infraestrutura [no Jardim Kennedy], a não ser na região que foi declarada no decreto, que não tem justificativa pra ficar investindo também. Já tá desapropriado**”. Essa postura reflete a reiterada isenção de responsabilidade, relegando o território dos que ficaram ao abandono. A presença do Poder Público, longe de representar interlocução, é associada a

tentativas de remoção, como relata Eunice: “Veio o Secretário de Planejamento com duas secretárias. Veio tentar ver se tirava eu, mas eu não quero”. Como observa Valêncio (2010b), sucede ao morador um estágio ainda mais violento, que é o do discurso e da prática de remoção, produzidos pelo gestor público:

Já não lhes surpreende a ausência do ente público para prestar a providência de prevenção ou preparação, tampouco sua omissão no socorro tempestivo. O medo que lhes assoma, na ocasião, é o da presença do ente público que, ao emergir na cena de desamparo, vem coagir-lhes a abandonar o lugar, molestado-os contra o direito de ficar (VALÊNCIO, 2010b, p. 3).

A divergência entre o que o Poder Público propõe – remoção – e o desejo dos moradores – permanência com dignidade e melhorias – evidencia a distância entre as políticas de gestão de risco e as necessidades da comunidade. Para Marcelo (morador do Jardim Kennedy): “A solução pra eles é a gente abrir mão de tudo. Eles não entendem o valor sentimental que a gente tem com o lugar”. Eunice complementa: “Nós tem tudo aqui. Penso que eles tinham que vir arrumar [...] colocar pelo menos a água encanada”.

Essa distância entre o que os moradores querem, provisões para fazer sua vida num lugar de sua escolha, e o que poder público vê: perigo e precariedade, em nada colabora para a construção de políticas de gestão de risco mais sensíveis às necessidades e aos modos de territorialização das populações afetadas pelo risco ambiental. O Poder Público, e a racionalidade que o consubstancia, não leva em conta as estratégias e as práticas de convivência com o risco desenvolvidas pelos moradores como passíveis de incorporação nem ao menos no campo reflexivo. Em resultado dessa desarticulação entre as perspectivas dos atravessamentos das relações de poder, o que se instaura é o futuro incerto daqueles que “deveriam ter saído” mas que insistiram em ficar.

PRÁTICAS DE PERMANÊNCIA: ESTRATÉGIAS MATERIAIS E SIMBÓLICAS DE ADAPTAÇÃO AO RISCO SOCIOAMBIENTAL

O sentimento é que você é pobre e você trabalha a vida toda, passa fome, necessidade, como eu passei, e depois não tem uma autoridade que faz nada pela gente. A minha indignação é essa. Eu acho que eu perdi tudo meus móveis. A minha casa tá toda alagada. Ainda bem que a vida do meu pai, que é mais preciosa, conseguimos salvar. Você paga imposto e na hora que você precisa, você não tem suporte nenhum (MARIA, moradora do Jardim Kennedy, 2020).

O trecho supra transcrito refere-se à fala da moradora do Jardim Kennedy, Maria, durante uma reportagem da televisão local que cobria a situação do bairro após um episódio de inundação, em 11 de fevereiro de 2020. O episódio do relato inflamado, indignado, concedido aos prantos pela moradora, não foi citado por ela quatro anos mais tarde, durante a entrevista realizada na fase de campo da pesquisa aqui apresentada. Ao contrário, o

episódio não foi acionado pela memória da moradora, que, quando perguntada: “Você se lembra quando foi a última inundação?”, respondeu que tinha sido em 2010.

O dissenso na memória coletiva sobre episódios de inundação no bairro foi identificado em quase todas as entrevistas. O morador entrevistado, quando se lembra de uma data, uma referência mais específica, seja dia, mês, ou ano, é porque esta está associada a alguma outra memória, geralmente do campo afetivo, conforme podemos notar através dos trechos das entrevistas realizadas com Francisco e Marta, moradores do Jardim Kennedy:

FRANCISCO: A água veio até aqui no portão, assim ó. Só que aqui na minha casa ela não chegou a entrar, veio até aqui só no portão mesmo. Mas teve gente que perdeu tudo, a moça que trabalha ali no postinho, cê conhece ela? [...].

N: Você se lembra quando foi isso?

FRANCISCO: Quer ver... Foi em... Eu lembro que foi no mês de março. Eu tenho uma filha, ela faz aniversário no dia 10 de março. Deixa eu ver... Foi quando ela fez 15. Então foi 5 anos atrás que deu essa chuva forte [...]. Foi 2019, não foi? Que ela tinha feito 15. A gente tá em 2024. Foi isso mesmo, 2019. Eu sei que eu tenho as filmagem no meu celular. Aquela rua ali, pra lá, tava parecendo que a rua era um rio, de tanta água. Aquela parte de lá. Sei que água veio com tudo.

Rosa: Aqui já inundou bastante. Na minha casa mesmo já entrou água várias vezes.

N: E tem quanto tempo que vocês moram aqui no Kennedy?

Rosa: Nós mudamo pra cá em 97. Em janeiro de 97.

N: E como foi que vocês vieram pra cá?

Rosa: A gente morava no Santa Emília, no fundo da casa da minha mãe. Aí meu esposo conseguiu comprar aqui o terreno, aí nós construímo e viemo pra cá.

N: Como é morar aqui?

Rosa: Ah, aqui no bairro até que é bom, tirando esse medo dessas coisa, da chuva, dessa barragem agora... mas é tranquilo, sossegado. Os vizinho...

N: O que você mais gosta aqui no bairro?

Rosa: Falar a verdade eu nem sei. Ah, não tem nada que prende a gente, assim, sabe. É bom, é gostoso, porque é muito sossegado. Igual eu falei, tem os vizinhos, tem o PSF aqui pertinho. Mas é igual eu falei, tirando o negócio dessa barragem, que agora a gente fica meio assim, né.

N: Entendi. E como é viver aqui no bairro nos períodos de chuva?

Rosa: Ah, desperta uma arritmia né. A gente fica preocupado, né.

N: Nesse episódio que água entrou na casa de vocês, como que foi?

Rosa: Era 2013. Isso foi de tarde... Eu lembro disso porque foi o primeiro dia que meu neto entrou na escola. Aí eles tinham vindo trazer ele de van. Até eles pegaram ele no colo pra poder trazer pra dentro. Por isso que eu não esqueço esse dia, ele tava com 6 anos, e era primeiro dia dele de aula, era dia 6 de fevereiro. Aí a outra vez foi no dia 12, né. Foi quase que em seguida. Duas vezes na mesma semana. Essa duas vezes entrou dentro de casa. Quando nós mudamo pra cá, nós mudamo dia 8 de janeiro, dali 8 dias que nós tava aqui, encheu, mas encheu só até o quintal, não chegou a entrar pra dentro não.

Michael Pollak (1989), em diálogo com Halbwachs (2006), explora a memória coletiva como um campo estruturado por hierarquias e classificações, conciliando memórias individuais e coletivas. No Jardim Kennedy, episódios de enchentes integram essa memória coletiva, mas são recordados de forma seletiva, conforme suas experiências pessoais, como perdas materiais ou marcos familiares. Muitos moradores criam limites subjetivos para definir enchentes, reconhecendo-as apenas quando a água ultrapassa fronteiras específicas, como quintais ou portões.

Essa seletividade pode ser observada na narrativa de Marta, que inicialmente afirmou que sua casa nunca inundou, mas posteriormente reconheceu: "A água já chegou até o muro e, no quintal, chegava até o joelho". Tal contradição reflete a negociação constante entre lembrar e esquecer, comum em situações de risco. Nesse processo, como apontado por Pollak (1989), o silêncio e os "não-ditos" servem auxiliar as pessoas no enfrentamento do peso emocional das lembranças traumáticas.

Essa fronteira entre o dizível e o indizível debatida por Pollak (1989), representa a estratégia acionada pelo sujeito diante dos vestígios de uma experiência que precisa ser narrada de forma lenta, "dada a intensidade dolorosa do reencontro do sujeito com esse passado-presente. Certamente, o silêncio de algumas pessoas em relação a algum tipo de experiência vivida demonstra uma postura de esquecimento que, momentaneamente, é necessária" (FRIEDL; FARIAS, 2012, p. 21).

Não é possível saber de fato, por exemplo, o que acionou o silêncio ou o esquecimento na narrativa da moradora Maria quando a memória ocultou a lembrança sobre o episódio de 2020, em que perdeu tudo que tinha, mas conseguiu salvar a vida do pai. O esquecimento de uma memória traumática é, às vezes, uma questão de necessidade. Esquecer, ou não dizer, porém, não quer dizer apagar uma memória em definitivo, mas possibilitar um distanciamento temporal que produza condições para transformar uma experiência traumática em uma narrativa histórica (FRIEDL; FARIAS, 2012).

A negociação da memória entre lembrar e esquecer situações traumáticas relacionadas aos episódios de inundação, assim como a crença na proteção ou na vontade divina – a fé também é acionada correntemente pelos moradores na interpretação dos fenômenos ambientais – são estratégias simbólicas acionadas pelos moradores para se adaptarem à convivência com o risco. Em situações de vulnerabilidade ambiental, como é o caso do Jardim Kennedy, os moradores desenvolvem também estratégias materiais, além das simbólicas supra analisadas – buscando viabilizar sua permanência no território, o que inclui modificações [auto]construtivas em suas moradias. O aumento do nível do piso das casas é uma delas, em que os moradores, por conta própria, elevam suas construções para evitar as enchentes, prática de adaptação material, em resposta às limitações impostas pela precariedade dos serviços urbanos nas áreas de risco e pela ausência de apoio público.

lara, por exemplo, relatou: *“A gente até mexeu na casa pra evitar a entrada, porque antes era bem mais baixo, então a gente teve que modificar algumas coisas, subir a casa do nível da rua. Mas, não deixa de correr o risco se um dia chover bem mais forte do que tá chovendo, a água pode entrar, então, ainda dá medo. Mas a gente precisou elevar a casa”*. A fala de lara não só demonstra a ação direta dos moradores para proteger suas casas, mas também reflete a continuidade do risco, mesmo após o esforço de adaptação.

A autoconstrução como resposta adaptativa também se evidencia na fala de Eunice: *“Assim, a água entrava na casa, aí a gente ergueu ela. Ergueu um metro ela pra cima. Antigamente ela entrava. Quando era mais baixa a água entrava até aqui ó, na metade da porta. Aí fizemos uma reforma pra levantar ela, erguemo ela”*. A prática de elevar o piso da casa, como foi feito por Eunice, é um demonstrativo da busca individual pela mitigação do risco e dos danos materiais trazidos pelas inundações.

No caso de Francisco, ele observou que, quando se mudou para a casa em que vive, no Jardim Kennedy, ela já havia tido seu piso elevado: *“Minha casa aqui mesmo foi aterrada. Quando eu cheguei já tinham aterrado, mas eu percebi por causa da caixa de gordura e também por causa da altura da casa, ela tinha que ter 2,76 [pé direito], mas ela tem bem menos. Eu acho que fizeram isso pra evitar da água entrar”*. Francisco questiona, inclusive, a responsabilidade do poder público: *“Eu acho que a prefeitura tinha que pelo menos reembolsar as pessoas, sabe. Porque às vezes elas gastam um dinheiro que às vezes nem tem, pra poder evitar essa coisa da água, né”*.

Essas modificações estruturais, que envolvem esforços significativos de recursos financeiros e físicos, são um reflexo da adaptação prática dos moradores frente à insuficiência das

políticas públicas. Em suas palavras, os moradores revelam não apenas um desejo de permanecer em suas moradias, mas também uma resistência contra as políticas de remoção propostas pela prefeitura. Rosa, ao comentar sobre a desapropriação proposta pela prefeitura, expõe uma crítica clara: *“Ah, eles queriam pagar só o terreno... eles não consideram a casa”*. O valor oferecido pela prefeitura, para muitos, era insuficiente para garantir a reconstrução em outro local, como evidenciado por Alberto: *“A gente queria o dinheiro, só que pra aterrar aqui, não pra sair”*.

Esses relatos ilustram a prática da autoconstrução e as adaptações feitas pelos moradores como respostas diretas às condições ambientais adversas. A necessidade de elevar o nível das casas não apenas busca a proteção contra o risco imediato das inundações, mas também representa uma luta pela permanência e pela reivindicação de um direito à moradia segura, que, por vezes, é ignorado nas políticas públicas que visam a remoção dos moradores de áreas de risco. Essas práticas não devem ser vistas como improvisos ou falhas, mas como estratégias de resistência e adaptação que merecem ser reconhecidas nos campos teóricos e práticos do planejamento urbano e da gestão de riscos, uma vez que refletem a tentativa dos moradores de garantir sua segurança e dignidade diante de um contexto de negligência institucional comumente desconsiderado pelas ações do poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de apresentar as características gerais da questão socioambiental no Jardim Kennedy e refletir sobre as dimensões objetivas e subjetivas relacionadas ao risco de inundação, o artigo procurou analisar os contrastes entre a perspectiva dos “especialistas” e dos “não especialistas” na percepção do risco socioambiental. Como foi evidenciado, as maneiras de compreender o risco e de falar sobre ele é atravessada por questões políticas, sociais e econômicas, enquanto a experiência do risco é composta por uma série de afetações objetivas e subjetivas.

Nas interações cotidianas os repertórios se libertam de amarras estruturais, e científicas, tornando-se disponíveis para dar sentido às nossas experiências (SPINK, 2019). Talvez por isso técnicos ligados ao planejamento urbano, muitas vezes têm dificuldade pra compreender o porquê de uma pessoa que vive em um território ameaçado pelo risco ambiental se recusar a sair de sua moradia. Por essa razão, os esforços em tentar compreender como as pessoas afetadas percebem o risco se revela tão essencial para o campo reflexivo e prático das políticas urbanas e ambientais.

São inúmeros os atributos das situações de perigo que podem afetar a percepção ou a “aceitação” do risco, por exemplo, se a exposição é voluntária ou involuntária; se as consequências são imediatas ou futuras; a experiência prévia com os eventos; relação com o lugar; etc. Por essa razão, pessoas que sofrem as mesmas situações, apresentam

perspectivas tão opostas, como é o caso do João, em 2013, imediatamente após ter sido afetado pelas inundações: *"Eu preciso sair, eu quero sair. Por mim, eu não ficava aqui nem mais um dia, mas eu vou pra onde? Explica pra mim? Não tenho como"*; e de Eunice, em 2024, afastada cronologicamente dos últimos eventos de maiores proporções: *"Faz 36 anos que eu moro aqui e eu não quero sair. Na hora que eu morrer eu saio [...] eu não me incomodo de morar aqui, eu gosto muito daqui. Não fico prestando atenção nessas coisas de enchente, essas coisas, já acostumei"*.

O que fica evidente é que o aparato técnico-científico instrumentalizado pela prática do planejamento não dá conta das camadas de subjetividade que compõem a vida da população expostas aos perigos ambientais, revelando o abismo que existe entre a compreensão dos que analisam o risco através de sua dimensão objetivada pela técnica e os que o percebem subjetivamente a partir da convivência cotidiana. Na vida cotidiana dos moradores do Jardim Kennedy o risco adquire formas de compreensão e de interpretação pessoais e coletivas, que a perspectiva técnica não contempla nem nos documentos, nem no discurso.

A sensibilização, por parte dos técnicos, sobre os aspectos qualitativos e subjetivos do risco se faz urgente para o enfrentamento das situações de perigo às quais estão submetidas as populações que vivem em áreas ambientalmente vulneráveis, principalmente tendo em vista o contexto de emergência climática no qual nos encontramos. A incorporação de outras formas de saber é essencial para a produção de um conhecimento comprometido com a justiça socioambiental.

Este artigo contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no contexto da pesquisa - "Outra lógica da prática para moradia e cidade: o direito de existir" (Chamada CNPq/MCTI n. 10/2023 - Faixa B - Grupos Consolidados)

REFERÊNCIAS

ALCOA ALUMÍNIO S.A. Unidade de Poços de Caldas. **Estudos de Ruptura Hipotética (Dam Break) e PAE para Áreas de Resíduo de Bauxita (ARB): Relatório de Plano de Ação de Emergência**. Poços de Caldas: Alcoa, 2023.

ANDRADE, Matheus Lima de; OLIVEIRA, Thomaz Alvisi de; VIEIRA, Bruno César dos Santos Gabriel Flora; ANDRADE, Allan Carlos de. Análise Pluviométrica do município de Poços de Caldas-MG usando a metodologia de Anos-Padrão. **Caderno de Geografia**, v. 31, n. 2, p. 52-68, 2021.

DMEPC. **Plano de Segurança de Barragens (PSB) Barragem Lindolpho Pio da Silva Dias (Cipó), Volume VI – Plano de Ação Emergencial**. Poços de Caldas, DME, 2019.

FERREIRA, Adriano Mota. **Investigação forense em desastres: uma abordagem participativa para análise da produção social de riscos de desastres em Poços de Caldas (MG)**. 2023. Tese (Doutorado em Desastres Naturais) - Universidade Estadual Paulista, São José dos Campos, 2023.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

FRIEDL, Flavia de O.; FARIAS, Francisco Ramos de. Uma articulação entre o conceito de trauma e o de memória social: a elaboração da experiência traumática. **Psicanálise & Barroco em revista**, v. 10, n. 2, p. 18-41, dez. 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

LEFF, Enrique. **Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**. SciELO-Editora da Unicamp, 2021.

PLANMOB. **Plano de Mobilidade Urbana**. Poços de Caldas, 2019.

POÇOS DE CALDAS, Prefeitura Municipal de. **Revisão do Plano Diretor do Município de Poços de Caldas – diagnóstico**. Poços de Caldas: Exatus, 2006a.

POÇOS DE CALDAS. Decreto nº 8.320, de 4 de janeiro de 2006. Declara área de grande risco de inundação a mencionada no artigo 1º deste decreto, e dá outras providências. *Jornal de Poços*, edição nº 2306, Poços de Caldas, MG, 2006b.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS – PMPC: **Defesa Civil: Plano Contingencial 2023**. POÇOS DE CALDAS, 2023

SANTOS, Boaventura Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2020a.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2020b.

SPINK, Mary Jane Paris. **Viver em áreas de risco: reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais**. Editora Terceiro Nome, 2019.

VALENCIO, Norma. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v. 19, p. 748-762, 2010a.

VALENCIO, Norma. **Quem tem medo da remoção? A violência institucional contra moradores de 'áreas de risco'**. Anais do, v. 34, 2010b.

VARGAS, Dora. Eu fui embora de lá, mas não fui. **Sociologia dos desastres**, p. 80-95. 2009.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel, 1998.